

André Gorz

O Imaterial

Conhecimento, valor e capital

Tradução:

Celso Azzan Jr.

(Celso Cruz: prefácio e adendos do alemão)


ANNA BLUME

A ampla admissão do conhecimento como a principal força produtiva provocou uma mudança que compromete a validade das categorias econômicas chaves e indica a necessidade de estabelecimento de uma outra economia.

A economia do conhecimento que atualmente se propaga é uma forma de capitalismo que procura redefinir suas categorias principais – trabalho, valor e capital – e assim abarcar novos domínios. Os três primeiros capítulos deste ensaio tentam entender as conseqüências dessa mudança e fixar os contornos de uma sociedade do conhecimento cujos “contornos” (Stefan Meretz) já são discerníveis.

I. Capital humano

Na economia do conhecimento, todo trabalho, seja na produção industrial seja no setor de serviços, contém um componente de saber cuja importância é crescente. Óbvio que o saber de que se trata aqui não é composto por conhecimentos específicos formalizados que podem ser aprendidos em escolas técnicas. Muito pelo contrário, a informatização revalorizou as formas de saber que não são substituíveis, que não são formalizáveis: o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. Em poucas palavras, formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano.

O modo como os empregados incorporam esse saber não pode ser nem predeterminado nem ditado. Ele exige o investimento de si mesmo, aquilo que na linguagem empresarial é chamado de “motivação”. Não só o especialista, toda a humanidade deve se entregar a seu trabalho. A qualidade da produção depende desse comprometimento. Tal qualidade não é medida por critérios comuns. Sua valoração depende do julgamento do chefe ou dos clientes. Toda produção, de modo cada vez mais pronunciado, se assemelha a uma prestação de serviços.

Nessas condições, o trabalho, que desde Adam Smith é tomado como substância de valor comum a todas as mercadorias, deixa de ser mensurável em unidades de tempo. Os fatores que determinam a criação de valor são o “componente comportamental” e a motivação, e não o tempo de trabalho

dispendido. São esses fatores que as empresas entendem como o seu “capital humano”. Desfeitas as relações salariais convencionais, resolveu-se a questão a respeito do modo como o capital consegue exercer poder sobre os homens e é capaz de mobilizar a todos: os empregados têm de se tornar empresas que, mesmo no interior de grandes estabelecimentos industriais (p.ex. na Volkswagen e na Daimler-Chrysler), devem responder pela rentabilidade de seu trabalho. Na briga com a concorrência, eles serão forçados a internalizar a pressão trazida pela lógica da obtenção do máximo de proveito possível. No lugar daquele que depende do salário, deve estar o empresário da força de trabalho, que providencia sua própria formação, aperfeiçoamento, plano de saúde, etc. “A pessoa é uma empresa”. No lugar da exploração entram a auto-exploração e a autocomercialização do “Eu S/A”, que rendem lucros às grandes empresas, que são os clientes do auto-empresário.

II. Capital do conhecimento

Diferente do capital humano, o capital do conhecimento não é novo. A utilização proveitosa do conhecimento em forma de capital é tão antiga quanto o capitalismo industrial. Esse aproveitamento até agora consegue ser bem-sucedido sobretudo através da mobilização de um saber “morto”, objetivado em máquinas, instalações e processos.

Todavia, hoje a capitalização do conhecimento se detém em uma nova fronteira. Todo conhecimento passível de formalização pode ser abstraído de seu suporte material e humano, multiplicado quase sem custos na forma de software e utilizado ilimitadamente em máquinas que seguem um padrão universal. Quanto mais se propaga, mais útil ele é à sociedade. Seu valor mercantil, ao contrário, diminui com a sua propagação e tende a zero: o conhecimento torna-se um bem comum acessível a todos. Uma autêntica economia do conhecimento corresponderia a um comunismo do saber no qual deixam de ser necessárias as relações monetárias e as de troca.

Por conseguinte, para ser vendido como mercadoria e aproveitado como capital, o conhecimento deve se transformar em propriedade privada e tornar-se escasso. No capítulo II, mostra-se como isso é difícil, custoso e sem garantias.

O saber em princípio não aceita ser manipulado como mercadoria. Os custos de sua produção muitas vezes não podem ser determinados, e seu valor mercantil não pode ser auferido de acordo com o tempo de trabalho necessário que foi gasto em sua criação. Ninguém é capaz de dizer com precisão onde, no contexto social, o inventivo trabalho do saber começa, e onde termina. Ele pode estar numa atividade de lazer, num hobby, num

serviço extra. Aliás, não existe uma relação de equivalência entre formas de saber e conteúdos: eles não são intercambiáveis. Todo saber pode valer por um valor particular único e incomparável.

Porém é exatamente o que tem de incomparável que acaba sendo utilizado pelo capital. A pesquisa privada quase sempre tem como objetivo principal permitir à empresa que a realiza erguer um monopólio do conhecimento que lhe proporcione um rendimento exclusivo. O montante de rendimento previsto conta mais do que a utilidade social do conhecimento alcançado. Com investimentos em inovações e campanhas publicitárias de alto custo, toda empresa ambiciona chegar antes das outras à consolidação de uma posição monopolista. Marketing e propaganda fabricam valores simbólicos, estéticos e sociais. Ligados às inovações, tornam obsoletos os produtos existentes, e conseguem para a empresa um mercado que durante algum tempo é protegido contra a concorrência de outras empresas. Sempre se trata de contornar temporariamente, quando possível, a lei do mercado. Sempre se trata de transformar a abundância “ameaçadora” em uma nova forma de escassez, e com esse objetivo conferir às mercadorias o valor incomparável, imensurável, particular e único de obras de arte, que não possuem equivalente e podem ser postas à venda a preços exorbitantes.

Prefere-se a criação artificial de escassez à criação da maior prosperidade geral possível. A primeira permite o melhor aproveitamento do capital. A criação de valor e a criação de riqueza se afastam uma da outra de modo cada vez mais visível, sem que com isso sejam solucionados os problemas fundamentais de um capitalismo que aproveita cada vez menos trabalho, distribui cada vez menos moedas, com um excedente de capital sobre uma carência de demanda solvente e a subtrai às bases de uma sociedade, cujos custos de estruturação e reprodução ele procura economizar mediante a privatização dos serviços públicos, do ensino, da saúde e da previdência social.

III. O que é riqueza?

É cada vez mais evidente que a multiplicação de dinheiro, nesse contexto, não cria riqueza; que o crescimento da economia, fundado na pilhagem do bem comum e no desmonte da coletividade, produz miséria em vez de prosperidade; que o conceito de riqueza deve ser desatrelado do conceito de valor mercantil e que a pergunta “O que é riqueza?” deve ser recolocada. Somente uma outra economia pode quebrar as correntes com que a obrigação de aproveitamento restringe a satisfação das necessidades e o desenvolvimento das capacidades humanas.

No fundo, é isso o que está em jogo no tal movimento anti-globalização. Nele se manifesta uma oposição enfática ao desmonte da coletividade, à modernização catastrófica dos países em desenvolvimento, à privatização do saber, da produção de conhecimento e do bem comum. Entre seus vários ativistas destacam-se, por sua natureza bombástica particularmente eficaz, o movimento do software livre e o “hacker”. Sua oposição é ativa na esfera mais importante para o capital: a esfera da produção, da disseminação, da socialização e da organização do saber. Eles são os “dissidentes do capitalismo digital”.

A superioridade dos softwares que eles produzem comprova que a maior criatividade possível dos homens é atingida quando, livres da obrigação de tirar proveito e da disputa com a concorrência, eles podem desenvolver seu saber e suas capacidades de modo livre e cooperativo. Na práxis desses “dissidentes” distinguem-se os pressupostos de acordo com os quais as relações sociais do conhecimento poderiam ser o fundamento de uma verdadeira sociedade do saber. Em contraste com as concepções correntes, o saber aí não aparece como um saber objetivado, composto de conhecimentos e informações, mas sim como atividade social que constrói relações comunicativas, não submetidas a um comando.

O conhecimento que, graças ao livre autodesenvolvimento dos homens, com todas as suas qualidades insubstituíveis, e não graças à sua instrumentalização e dominação, tornou-se a principal força produtiva, deveria abrir caminho para “uma nova era, que precisa de novas formas de estruturação sociais, culturais e éticas” (Patrick Viveret).

IV. Sobre o parentesco da ciência com o capital

Aqui está em jogo não apenas o domínio que até agora o capital, por meio de suas maquinarias, exerceu sobre os homens. Está em jogo também a hegemonia do saber científico dominante – a racionalidade cognitivo-instrumental –, que forneceu à técnica os instrumentos para a “escravização e a violação” de tudo o que existe (Peter Sloterdijk).

Se se questiona a instrumentalização do humano e do que é vivo, deve-se também colocar em questão a orientação da ciência e o modo como ela se concebe. Se a sociedade, graças à redefinição do conceito de riqueza, tem de ser redefinida cultural e economicamente, também o espírito da ciência deve ser redefinido. A ciência desde sempre esteve intimamente ligada ao capital. Ela preparou o caminho para ele, ao isolar o mundo sensível e conceber a realidade com um sistema de relações obediente à lógica pura do cálculo, e compreensível apenas em termos matemáticos. Os processos matemáticos de

pensamento, esvaziados de sentido, eletronicamente conectados, forneceram à economia política os meios para moldar as relações sociais com base em abstrações numéricas do real. Esses processos conduziram a um mundo sistematizado inacessível aos sentidos, apartado do saber vivo da experiência. Nesse mundo, o homem aparece como um ser sobrepujado, antiquado, desalojado. Para estar à altura do ambiente técnico, ele necessita de próteses químicas e eletrônicas. O projeto de uma inteligência artificial, de uma vida artificial, deve superar a limitação biológica da humanidade. Os pioneiros da inteligência artificial – Minsky, Moravec, Kurzweil, de Garis e outros –, abundantemente citados no capítulo IV, não fazem questão de ocultar seu desprezo pela “máquina de carne” humana. A natureza, eles pensam, deu à espécie humana a capacidade de abolir a si mesma em benefício de formas de vida e de inteligência pós-biológicas, ou mesmo de diluir-se em forma de dígitos como um espírito universal dissolvido no universo.

O que Moishe Postone escreve a respeito da “forma do capital” vale também para o projeto da ciência: “Trata-se [para eles] do sonho de uma ausência de limites a mais extrema, de uma fantasia de liberdade como emancipação completa de toda materialidade, como emancipação da natureza. Esse ‘sonho do capital’ vira um pesadelo para tudo aquilo e para todos aqueles de que o capital busca se emancipar – o planeta e seus habitantes”.

* Moishe Postone, *Time, Labor and Social Domination – A Reinterpretation of Marx’s Critical Theory*. Cambridge University Press, 1996, p. 383.

O Trabalho Imaterial

1. O “Capital Humano”

Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de “capital humano”, “capital conhecimento” ou “capital inteligência”. Essa mutação se faz acompanhar de novas metamorfoses do trabalho. O trabalho abstrato simples, que, desde Adam Smith, era considerado como a fonte do valor, é agora substituído por trabalho complexo. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar.

Os anglo-saxões falam do nascimento de uma *knowledge economy* e de uma *knowledge society*; os alemães, de uma *Wissensgesellschaft*; os autores franceses, de um “capitalismo cognitivo” e de uma “sociedade do conhecimento”.¹ O conhecimento (*knowledge*) é considerado como a “força produtiva principal”. Marx mesmo já notava que ele se tornaria “*die grösste Productivkraft*” e a principal fonte de riqueza. “O trabalho em sua forma imediata”, mensurável e quantificável, deverá, por consequência, deixar de ser a medida da riqueza criada.² Esta “dependerá cada vez menos do tempo

1. Nota do tradutor. Os termos que, no texto original, aparecem grafados noutra língua que não o francês, não aparecerão aqui traduzidos. Respeita-se, assim, a intenção do autor, que quer com esse procedimento evidenciar o contraste entre o sentido original das expressões citadas e a compreensão que delas pode haver na língua em que escreve seu próprio texto. Quando deseja traduzir seu sentido, como na seqüência desse parágrafo, o autor o faz.

2. Karl Marx, *Grundrisse*, Berlin, Dietz Verlag, 1953, p. 593. As citações que se seguem, assim como as menções de páginas no texto, se referem a essa obra.

de trabalho e da quantia de trabalho fornecida”; ela dependerá cada vez mais “do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia” (p. 592). “O trabalho imediato e sua quantidade não mais aparecem como o principal determinante da produção”, mas então apenas “como um momento indispensável, porém subalterno em relação à atividade científica geral” (p. 587). O “processo de produção” não poderá mais ser confundido com um “processo de trabalho”.

É interessante notar a hesitação na terminologia marxiana. Trata-se tanto do “nível geral da ciência” (*der allgemeine Stand der Wissenschaft*), quanto dos “conhecimentos gerais da sociedade” (“*das allgemeine gesellschaftliche Wissen, knowledge*”) (p. 594); ora se trata do *general intellect*, ora das “potencialidades gerais do cérebro humano (*die allgemeinen Mächte des menschlichen Kopfes*), ora da “formação artística, científica, etc”, que o indivíduo poderá adquirir graças ao “acréscimo do tempo livre”, e que “retroage sobre a força produtiva do trabalho”. O que faz a liberação do tempo “para o pleno desenvolvimento do indivíduo” poder ser considerada, “do ponto de vista do processo de produção imediata, como produção de *capital fixo*, esse capital fixo *being man himself*” (p. 599). A idéia de “capital humano” se encontra, pois, já nos manuscritos de 1857-1858.

Eu observei a hesitação da terminologia marxiana porque se pode observar também uma hesitação de mesmo tipo nos textos econômicos e administrativos que podemos encontrar em nossos dias: a “economia do imaterial”, o “capitalismo cognitivo”, o “conhecimento, principal força produtiva”, a “ciência, motor da economia” - o quê, exatamente, evocamos, ao falar de conhecimento e de ciência? Eis aqui duas citações que nos trazem alguma luz:

O valor encontra hoje sua fonte na *inteligência* e na *imaginação*. O *saber* do indivíduo conta mais que o tempo da máquina. O homem, carregando consigo seu próprio capital, carrega igualmente uma parte do capital da empresa.³

Nesse texto notável, o que importa não é mais a ciência ou o conhecimento, mas a inteligência, a imaginação e o saber que, juntos, constituem o “capital humano”. Essa terminologia aposenta o cognitivismo e o cientificismo. Os conhecimentos, com efeito, são fundamentalmente diferentes dos saberes e da inteligência (retornarei a esse assunto, e nele me demorarei mais, no último capítulo deste livro). Eles se referem aos conteúdos formalizados, objetivados, que, por definição, não podem pertencer às pessoas. Conhecer as regras gramaticais é uma coisa; saber

3. Centre des jeunes dirigeants, *L'entreprise au XXIe siècle*, Paris, Flammarion, 1996. Itálicos meus.

falar uma língua é outra, fundamentalmente diferente. Para saber falar, é preciso abandonar completamente a relação cognitiva com a língua. O saber é feito de experiências e de práticas tornadas evidências intuitivas, hábitos; e a inteligência cobre todo o leque das capacidades que vão do julgamento e do discernimento à abertura de espírito, à aptidão de assimilar novos conhecimentos e de combiná-los com os saberes. Igualmente, a expressão “*sociedade da inteligência*” parece ser a que melhor corresponde ao que os anglo-saxões chamam *knowledge society*.

Eis agora uma segunda citação. Trata-se de um excerto de uma comunicação de Norbert Bense, diretor de recursos humanos da Daimler-Chrysler:

Os colaboradores da empresa fazem parte do seu capital (...). Sua motivação, sua competência, sua capacidade de inovação e sua preocupação com os desejos da clientela constituem a matéria primeira dos serviços inovadores (...). Seu comportamento, sua aptidão social e emocional têm um peso crescente na avaliação de seu trabalho (...). Este não mais será calculado pelo número de horas de presença, mas sobre a base dos objetivos atingidos e da qualidade dos resultados. Eles são empreendedores.⁴

De imediato, o que impressiona é que não se trata aqui nem de conhecimentos, nem de qualificações profissionais. O que conta, para esses “colaboradores” de um dos maiores grupos industriais do mundo, são as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar. Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos fornecedores de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar.

2. Trabalhar é Produzir-se

A informatização da indústria tende a transformar o trabalho em gestão de um fluxo contínuo de informações. O operador deve “se dar” ou “se entregar” de maneira contínua a essa gestão de fluxo; ele tem de *se produzir* como sujeito para assumi-lo. A comunicação e a cooperação entre operadores

4. Norbert Bense, “*Arbeitszeit, Weiterbildung, Lebenszeit. Neue Konzepte*”, comunicação ao congresso internacional *Gut zu Wissen. Links zur Wissensgesellschaft*, Berlim, 4-6 de maio de 2001. As comunicações ao congresso foram publicadas pela Fundação Heinrich Böll (Berlim), sua organizadora.

são parte integrante da natureza do trabalho. “O desempenho depende, sobretudo, dos aspectos sistêmicos e das relações entre os indivíduos, escreve Pierre Veltz... Não é a soma do trabalho dos indivíduos que conta, mas a qualidade e a pertinência das comunicações amarradas em torno do sistema produtivo”.⁵ O trabalho não é mais mensurável segundo padrões e normas preestabelecidas. “Não se sabe mais como definir as tarefas de maneira objetiva. O desempenho não é mais definido na relação com essas tarefas; ele tem a ver diretamente com as pessoas”.⁶ O desempenho repousa sobre sua implicação subjetiva, chamada também “motivação” no jargão administrativo, gerencial. O modo de realizar as tarefas, não podendo ser formalizado, não pode tampouco ser prescrito. O que é prescrito é a subjetividade, ou seja, precisamente isso que somente o operador pode produzir ao “se dar” à sua tarefa.⁷ As qualidades impossíveis de demandar, e que dele são esperadas, são o discernimento, a capacidade de enfrentar o imprevisto, de identificar e de resolver os problemas. “A idéia do tempo como padrão do valor não funciona mais. O que conta é a qualidade da coordenação”.⁸

A impossibilidade de mensurar o desempenho individual e de prescrever os meios e os procedimentos para chegar a um resultado conduz os dirigentes da empresa a recorrer à “gestão por objetivos”: eles “fixam objetivos aos assalariados; cabendo a eles desdobrar-se para cumpri-los. É o retorno ao trabalho como prestação de serviços”,⁹ o retorno do *servicium, obsequium* devido à pessoa do suserano na sociedade tradicional.¹⁰

Compreende-se então a ausência de toda referência ao trabalho material na comunicação do diretor de recursos humanos da Daimler-Chrysler. O

5. Pierre Veltz, “La nouvelle révolution industrielle”, *Revue du Mauss*, n.18, “Travailler est-il (bien) naturel?”, 2001.

6. Pierre Veltz, “La nouvelle révolution industrielle”, art. cit., p. 67.

7. Cf. Maurizio Lazzarato, “Le concept de travail immatériel: la grande industrie”, *Futur antérieur*, n.10, 1992.

8. Pierre Veltz, “La nouvelle révolution industrielle”, art. cit., p. 68.

9. *Ibid.*, p. 69.

10. O exemplo perfeito da gestão por objetivos em grande escala foi fornecido pela direção da Volkswagen. Ela propôs não fechar uma nova unidade de produção, que empregava 5000 assalariados, se o sindicato aceitasse que um acordo, válido para outras unidades da empresa, não se aplicasse àquela. No lugar desse acordo, que fixava a duração do trabalho semanal a uma média de 28,8 horas, a direção se propunha a pagar aos trabalhadores 5000 DM (2500 euros) mensais por um volume de produção fixado previamente. Se a produção caísse para baixo do objetivo fixado, os salários seriam reduzidos. Se ela ultrapassasse o objetivo, gratificações seriam concedidas. A duração do trabalho, é evidente, não era previamente fixada. No outono de 2002, o sindicato terminou por aceitar essa fórmula que, enfim, anunciou a morte das convenções coletivas.

fornecimento de serviços, esse trabalho imaterial, torna-se a forma hegemônica do trabalho; o trabalho material é remetido à periferia do processo de produção ou abertamente externalizado. Ele se torna um “momento subalterno” desse processo, ainda que permaneça indispensável ou mesmo dominante do ponto de vista qualitativo. O coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial.

Era importante mostrar que esse trabalho imaterial, naquilo que tem de principal, não repousa sobre os conhecimentos desses prestadores e fornecedores. Antes de mais nada, ele repousa sobre as capacidades expressivas e cooperativas que não se podem ensinar, sobre uma vivacidade presente na utilização dos saberes e que faz parte da cultura do cotidiano. Essa é uma das grandes diferenças entre os trabalhadores de manufaturas ou de indústrias taylorizadas e aqueles do pós-fordismo. Os primeiros só se tornam operacionais depois de serem despojados dos saberes, das habilidades e dos hábitos desenvolvidos pela cultura do cotidiano, e submetidos a uma divisão parcelada do trabalho. Sobre esse assunto existe uma literatura abundante, notadamente os escritos de Ferguson e de Ure, nos quais Marx se inspirou nos capítulos XIV e XV do *Capital*. Essa destruição dos saberes cotidianos de uma mão-de-obra de origem essencialmente rural se seguiu durante os anos 1850 a 1870 com métodos disciplinares quase carcerários. Era necessário conseguir que o trabalhador executasse, com a regularidade de um autômato, e sem questionar, o comando que a maquinaria industrial lhe transmitia, impondo-lhe a velocidade e a cadência dos atos a executar.

Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc.. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora. Yann Moulrier-Boutang chama de “exploração de segundo grau” essa “subsunção ao capital do trabalho coletivo como trabalho vivo, e não como poder da ciência e das máquinas”. “O trabalhador não se apresenta mais apenas como o possuidor de sua força de trabalho hetero-produzida (ou seja, de capacidades predeterminadas inculcadas pelo empregador), mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir”.¹¹ Do mesmo modo, Muriel Combes e Bernard Aspe: “Não são os indivíduos que interiorizam a cultura

11. Yann Moulrier-Boutang, “La troisième transition du capitalisme”, em Christian Azais, Antonella Corsani, Patrick Dieuaide (dir.), *Vers un capitalisme cognitif*, Paris, L’Harmattan, 2000. Itálicos meus.

da empresa", mais que isso, é a empresa que vai de agora em diante buscar no "externo", ou seja, no nível da vida cotidiana de cada um, as competências e as capacidades de que ela necessita".¹²

O que as empresas consideram como "seu" capital humano é, pois, um recurso gratuito, uma "externalidade" que se produz sozinha, e que continua a se produzir, e da qual as empresas apenas captam e canalizam a capacidade de se produzir. Esse capital humano, é evidente, não é puramente individual. A produção de si não se opera *ex nihilo*; ela se efetua sobre a base de uma cultura comum transmitida pela socialização primária e de saberes comuns. Os pais e os educadores, o sistema de ensino e de formação, participam do desenvolvimento do *general intellect* tornando acessíveis saberes e conhecimentos, porém igualmente capacidades de interpretação, de comunicação, de intercompreensão constitutivas da cultura comum. É próprio das pessoas, no entanto, apropriar-se dessa cultura comum, subjetivando-a. A sociedade e os seus dispositivos não podem produzir razões pessoais. Podem apenas produzir e reproduzir o quadro no qual, socializando-se, os sujeitos se produzem eles mesmos pelo uso que farão da linguagem, do gestual, dos esquemas de interpretação e de comportamento da cultura de sua sociedade. Nenhuma instituição pode, no lugar dos indivíduos, realizar o trabalho de aprendizagem, de apropriação, de subjetivação. O sujeito nunca é socialmente dado, ele é - para retomar uma expressão que Maurice Merleau-Ponty empregava a propósito da consciência - dado a si mesmo como um ser que tem de se fazer, ele mesmo, o que ele é. Nada pode dispensá-lo dessa tarefa, nem obrigá-lo a realizá-la.

No próximo capítulo, voltaremos com mais detalhe a essa afirmação de que o saber que se tornou a fonte mais importante da criação de valor é particularmente o saber vivo, que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e continuamente renovada. O trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável. Ele é, sobretudo na economia de rede, o trabalho do sujeito cuja atividade é produzir a si mesmo. Todo usuário do trabalho em rede sincroniza-se continuamente com os outros, e os dados que manipula põem em marcha um processo em que o resultado coletivo excede de longe a soma dos dados manipulados individualmente. Pierre Lévy compara a "inteligência coletiva", que assim se origina, a um "coro polifônico improvisado"¹³, isto é, a uma atividade que se ajusta às atividades alheias que a excedem e a alimentam, e desse modo faz surgir um resultado coletivo que ultrapassa as possibilidades individuais dos participantes.

12. Muriel Combes, Bernard Aspe, "Revenu garanti et biopolitique", *Alice*, n. 1, setembro de 1998 (A revista não publicou senão dois números em dois anos).

13. Cf. Pierre Lévy, *L'Intelligence collective*, Paris, La Découverte, 1997, p. 75-76.

Temos aqui o exemplo perfeito daquilo que se conhece como "externalidades positivas", isto é, os resultados coletivos que surgem de interações individuais e têm sobre estas uma ação positiva. Externalidades positivas são sempre coletivamente úteis, beneficiam todos os indivíduos, não podem ser estabelecidas conforme o plano de uma empresa qualquer que ela seja, nem compradas por dinheiro algum, e nunca são convertidas em propriedade privada. O saber vivo universal e a cultura do cotidiano pertencem às externalidades positivas.¹⁴

O paradigma do coro polifônico improvisado se aplica por excelência às comunidades virtuais da internet, mas é, ao menos potencialmente, o modelo que está presente em todo trabalho interativo em rede. A divisão do trabalho em tarefas especializadas e hierarquizadas está virtualmente abolida aqui; assim como está a impossibilidade, na qual se encontravam os produtores, de se apropriar dos meios de produção, e de autogerir-los. A separação entre os trabalhadores e seu trabalho reificado, e entre este último e seu produto, está pois virtualmente abolida; os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem partilhados. O computador aparece como o instrumento universal, universalmente acessível, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser partilhados. E é exatamente esse direito ao livre acesso e à partilha que reivindicam as comunidades anarco-comunistas dos programas de computadores e das redes livres. Irresistivelmente, faz-se lembrar esta passagem da *Ideologia alemã*:

Todas as apropriações revolucionárias anteriores foram restringidas; indivíduos cujas atividades pessoais eram restringidas por instrumentos de produção limitados e um comércio limitado se apropriaram desses instrumentos, e não chegaram a esse resultado senão por meio de uma nova limitação. Seus instrumentos de produção se tornaram suas propriedades, mas eles mesmos continuaram subordinados à divisão do trabalho e aos seus próprios instrumentos de produção (...). Na apropriação proletária, uma massa de instrumentos de produção deve ser subordinada a cada indivíduo; e a propriedade, subordinada a todos. O comércio universal moderno não pode ser subordinado aos indivíduos, a não ser que seja subordinado a todos.¹⁵

14. No passado, a tónica eram principalmente externalidades negativas, ou seja, efeitos coletivos negativos de ações individuais isoladas: p.ex. congestionamento de trânsito, destruição do meio ambiente, erosão do solo, males da civilização, quebra das bolsas, etc.

15. Karl Marx, *L'Idéologie allemande*, première partie, "Feuerbach". Cito da tradução de J. Molitor, *Oeuvres philosophiques*, Alfred Costes, 1953, t. VI, p. 242-243.

No final deste desenvolvimento, Marx definia o comunismo como a abolição do trabalho "que perdeu toda a aparência de atividade pessoal" e "se privou de toda a substância viva" dos indivíduos, "tornados abstratos".

3. A "Mobilização Total"

O que importa, no momento, é que a atividade de produção do si é uma dimensão necessária de todo trabalho imaterial, e que este tende a apelar às mesmas capacidades e às mesmas disposições pessoais que possuem as atividades livres, fora do trabalho. "É nesse sentido, escrevem M. Combes e B. Aspe, que se pode falar de uma 'mobilização total' das capacidades e das disposições, aí compreendidas as afetivas (...). Doravante, não nos é mais possível saber a partir de quando estamos 'do lado de fora' do trabalho que somos chamados a realizar. No limite, não é mais o sujeito que adere ao trabalho; mais que isso, é o trabalho que adere ao sujeito (...). Tão pobre e inepta que seja a atividade", tão "indignos e derrisórios que sejam os objetivos", ela "engaja e realiza a potência mental e afetiva do indivíduo", sua "virtuosidade", "o que define seu valor aos seus próprios olhos". É impossível "sabotar" um trabalho que mobiliza nosso virtuosismo sem se expor ao desprezo de si e dos outros". Do mesmo modo, "não se concebe como uma economia do imaterial poderia funcionar sem submeter os indivíduos a uma nova forma de servidão voluntária". A questão, desde logo, "é saber como não investir sua própria dignidade numa atividade indigna".¹⁶

Todas as grandes firmas sabem, no entanto, *no quadro de uma relação salarial*, que é impossível obter de seus colaboradores um *envolvimento total*, uma identificação sem reservas a todas as suas tarefas. Pelo fato de ser contratual, a *relação salarial* reconhece a diferença e até mesmo a separação das partes contratantes, e de seus interesses respectivos. Ela possui um caráter emancipador por *limitar os direitos dos empregadores, e as obrigações dos assalariados*, à fronteira que há entre a esfera do trabalho e a da vida pessoal, privada.

Conseqüentemente, grandes firmas procuram transformar a *relação assalariada em relação de associação*, ao oferecer *stock-options* aos colaboradores que lhes são indispensáveis, ou seja, ao lhes oferecer uma participação no capital e nos diversos benefícios da firma. Mas essa é uma solução de eficácia limitada. Mais o trabalho apela aos talentos, ao

16. Muriel Combes, Bernard Aspe, "Revenu garanti et biopolitique", art. cit.. Este artigo é de grande riqueza e mereceria uma nova e mais ampla difusão.

virtuosismo, à capacidade de produção de si que "define, aos seus próprios olhos, o valor" do colaborador, mais essas capacidades tenderão a exceder sua utilização limitada numa tarefa determinada. Esta não pode ser senão uma ilustração contingente dos seus talentos. Esse colaborador tenderá a demonstrar que vale mais do que realiza profissionalmente, e investirá sua dignidade no exercício gratuito, fora do trabalho, das suas capacidades: *jornalistas que escrevem livros, gráficos do meio publicitário que criam obras de arte, programadores de computadores que demonstram suas habilidades como hackers e como desenvolvedores de programas livres, etc.*; são muitas as maneiras de salvar sua honra e "sua alma". Para subtrair uma parte de sua vida à aplicação integral no trabalho, os "trabalhadores do imaterial" dão às atividades lúdicas, esportivas, culturais e associativas, nas quais a produção de si é a própria finalidade, uma importância que enfim ultrapassa a do trabalho. Alain Lebaube resumiu a situação com perfeição: "Os jovens diplomados, por mais brilhantes que sejam, recusam envolvimento pleno, inteiros. Eles executam o trabalho mecanicamente, mas resguardam sua alma com aquela reserva que caracteriza os superdotados, capazes de nos iludir".¹⁷

4. O Advento do Auto-Empreendedor

A *subsunção total da produção de si pelo capital* encontra limites inultrapassáveis por tanto tempo quanto subsista, entre o indivíduo e a empresa, entre a força de trabalho e o capital, uma heterogeneidade que permita a essa força de trabalho retirar-se do jogo, recusar a imersão total no trabalho. Basta anunciar esse obstáculo à *subsunção total* para que o meio de contorná-lo salte aos olhos: a diferença entre o sujeito e a empresa, entre a força de trabalho e o capital, deve ser suprimida. *A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa*; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige *ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado*. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da *empresa que ela é*. Em suma, o *regime salarial deve ser abolido*.

Era a mensagem da comunicação de Norbert Bensele, apresentando os "colaboradores" da empresa como "empreendedores". Empreendedores não apenas na gestão por objetivos. Empreendedores também, e sobretudo,

17. Alain Lebaube, "Premier travail", *Le Monde/Initiatives*, 22 de janeiro de 1992.

qualquer que seja seu estatuto, pela gestão da sua força de trabalho considerada como seu capital fixo. O regime salarial deve desaparecer, tal como anunciavam, desde o início dos anos 1990, Charles Handy e William Bridges, alguns dos primeiros a fazê-lo. Nessa concepção, haverá apenas **empresas individuais de prestação de serviços individuais**. Cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos. Cada um deverá **gerir seu capital humano** ao longo de sua vida, deverá continuar a investir em estágios de formação e compreender que a possibilidade de **vender sua força de trabalho** depende do **trabalho gratuito, voluntário, invisível**, por meio do qual ele sempre poderá reproduzi-la.

A grande firma não conserva senão um **pequeno núcleo de assalariados estáveis** e em período integral. O restante de "seu" pessoal ou seja, 90% no caso das cem maiores empresas americanas - será formado de uma massa variável de colaboradores externos, substitutos, temporários, autônomos, mas igualmente de profissionais de alto nível. A firma pode se desincumbir, no que diz respeito a esses externos, de uma parte crescente do custo (do valor) de sua força de trabalho. Ela se desfaz, às expensas deles, dos **custos** da sua formação contínua, de seu seguro-saúde, de sua pensão. Ela compra seus serviços negociando o preço pela tarefa ou pelo tempo ocupado, põe-nos em concorrência uns com os outros, atribui-se a possibilidade de fazer variar fortemente o volume de trabalho que lhes demanda sem se preocupar com a duração do trabalho, sem ter de conceder licenças, contratar, indenizar. O futuro pertence aos **auto-empresendedores**, cujo número cresce rapidamente na Grã-Bretanha, na Itália, na Suécia. Uma fundação dos sindicatos alemães sugere que será **preciso sindicalizar os auto-empresendedores em organizações comparáveis às câmaras setoriais ou às uniões patronais**.

5. A Vida é Business

Com o **auto-empresendimento**, a transformação em trabalho (*mise en travail*) e a redução a um valor (*mise en valeur*)¹⁸, de toda a vida e de toda pessoa, podem finalmente ser realizadas. A vida se torna "o capital mais

18 Nota do Tradutor. "Mettre/mise au travail" e "mettre/mise en valeur" são expressões de tradução instável; o primeiro *pat.*, aliás, dificilmente se encontra nos dicionários. Por isso, o leitor notará que, nas diversas oportunidades em que aparecem aqui, e no intuito de evidenciar o sentido exigido pelo contexto, optei-se-á por traduções nem sempre coincidentes.

precioso". **A fronteira entre o que se passa fora do trabalho, e o que ocorre na esfera do trabalho**, apaga-se, não porque as atividades do trabalho e as de fora mobilizem as mesmas competências, mas porque **o tempo da vida se reduz inteiramente sob a influência do cálculo econômico e do valor. Toda atividade deve poder tornar-se um negócio**, e como escreve Dominique Méda, "a relação consigo mesmo e a relação com os outros serão exclusivamente concebidas de modo financeiro"¹⁹. Pierre Lévy se referiu a essa derivação de modo mais eloquente:

A partir de então, todo o mundo faz negócios (...). Todo o mundo estará constantemente ocupado fazendo *business* com tudo: sexualidade, casamento, procriação, saúde, beleza, identidade, conhecimentos, relações, idéias, etc (...). Nós já não mais sabemos muito bem quando trabalhamos e quando não trabalhamos. Nós estaremos constantemente ocupados em fazer todos os tipos de negócios (...). Mesmo os assalariados serão *empresendedores* individuais, gerindo suas carreiras como a de uma pequena empresa (...), prontos a se conformarem às exigências das novidades. A pessoa se torna um *empresendimento* (...). Não há mais família nem nação que importe.²⁰

Tudo se torna mercadoria, a venda de si se estende a todos os aspectos da vida, tudo é medido em dinheiro. A **lógica do capital**, da vida tornada capital, submete todas as atividades e espaços aos quais a **produção de si em originalmente considerada como gasto gratuito de energia**, sem outros finalidade senão a de levar as capacidades humanas ao seu mais alto grau de desenvolvimento. É ainda Pierre Lévy que anuncia a **subsunção completa da produção de si**. "O 'desenvolvimento pessoal' mais íntimo conduzirá a uma melhor estabilidade emocional, a uma abertura relacional mais natural, a uma acuidade intelectual melhor dirigida, e, acima, a um **melhor desempenho econômico**".²¹

Ao menos, essa é a **visão neoliberal do futuro do trabalho**, **abolição do regime salarial, auto-empresendimento generalizado, subsunção de toda pessoa, de toda vida pelo capital, com o qual cada um se identificará inteiramente**.

19 Dominique Méda, *Qu'est-ce que la richesse?*, Paris, Aubier, 1999, p. 126. As páginas 129 a 139 dessa obra apresentam um resumo crítico muito bom das teorias, principalmente britânicas, do auto-empresendimento, tomado de modo generalizado.

20 Pierre Lévy, *World Philosophy*, Paris, Odile Jacob, 2000, p. 84-85.

21 Pierre Lévy, *World Philosophy*, op. cit., p. 83. Itálicos meus.

Essa visão ignora a precariedade, a descontinuidade, os azares que pesam sobre todo trabalho: sobre o trabalho assalariado tanto quanto sobre o trabalho independente. Ela faz silêncio sobre o fato de que, na maioria dos casos, os independentes estão, na realidade, sob a dependência de um único grande grupo, ou de um pequeníssimo número de grandes grupos que os submetem à alternância de períodos de hiperatividade e de desemprego; e que os particulares aos quais os auto-empresendedores vendem seus serviços são, eles mesmos, submetidos aos acasos da precariedade e não representam, senão raramente - salvo no comércio de serviços de luxo -, uma clientela sempre solvente.

Mas que importa! O postulado de base da "sociedade pós-salarial" em gestação é que o desemprego desaparece ao mesmo tempo em que desaparece o regime salarial. Se existem ainda desempregados, isso é sinal de que sua "empregabilidade" está em falta. Cabe a eles restaurá-la. É a essa restauração que devem servir as intermitências do trabalho, os períodos de desemprego, o acréscimo do tempo livre. O *workfare* em sua versão blairista, finalmente herdada de outros países, aboliu a indenização do desemprego, transformou-a em "indenização de procura de emprego", e postulou que essa procura é o "trabalho" que o desempregado deve obrigatoriamente produzir o mais assiduamente possível, aí compreendida a aquisição de competências mais vendáveis do que aquelas que ele já possui. A produção do si obrigatória se torna um "job" como qualquer outro.

O trabalho total da pessoa é assim substituído pelo Estado lá onde o capital não pode exercê-lo. Os constrangimentos difusos, onipresentes, político-ideológicos, que esse trabalho faz pesar sobre os indivíduos, suscitam, da parte destes, condutas de retração, senão de resistência, qualificadas de anti-sociais. É nesse contexto que aparece e se desenvolve a reivindicação de uma "renda de existência", incondicional e suficiente, que também permite desenvolver atividades independentes cujo valor social e/ou cultural não pode ser medido pela sua rentabilidade, nem depende dela.

6. A Renda de Existência: Duas Concepções

De fato, duas interpretações de renda de existência podem dividir espaço, às vezes nos mesmos autores: aquela para a qual o conceito se refere ao meio de subtrair a vida ao imaginário comercial e ao trabalho total, e aquela que, ao contrário, vê no conceito a necessária remuneração do tempo livre, cuja contribuição, à produtividade do trabalho, se tomou decisiva. É preciso notar que esta segunda interpretação contém uma

temerosa armadilha. Partindo da idéia de que o processo de produção capitalista tira proveito de todas as capacidades, competências e recursos que as pessoas desenvolvem em suas vidas cotidianas, essa segunda interpretação considera que a vida inteira se tornou produtiva como produção de capital humano fixo. Toda a produção de si é assim rebaixada a trabalho econômico. Este é considerado como seu sentido objetivo. Todo mundo contribui para a produção social simplesmente por viver em sociedade, e merece pois essa retribuição que é a renda de existência.

Ora, essa interpretação vai além de simplesmente considerar o trabalho total da pessoa. Ela a legitima: se a renda de existência "remunera" o trabalho invisível que é a fonte da produtividade do trabalho visível, essa remuneração autoriza a exigir que o trabalho invisível efetivamente torne o trabalho visível o mais produtivo possível. Ficamos assim no plano do valor-trabalho e do produtivismo. Reconhece-se ao capital o direito de exigir que o desenvolvimento das capacidades humanas se faça imediatamente em vista do proveito que as empresas dele poderão tirar; logo - como aliás estipula o "contrato de pluralidade de atividades" proposto no Relatório Boissonat²² -, sob o controle destas.

A renda de existência só tem o sentido de um "ataque contra o valor-trabalho" (Combes e Aspe) se não exige e nem remunera nada: sua função, ao contrário, é restringir a esfera da criação de valor no sentido econômico, tornando possível a expansão de atividades que não criam nada que se possa comprar, vender, trocar por outra coisa; ou seja, nada que tenha valor (no sentido econômico) - mas apenas riquezas que têm valor intrínseco, não sendo, contudo, comercializáveis.

Libertando a produção de si dos constrangimentos da valorização econômica, a renda de existência deverá facilitar o desenvolvimento pleno e incondicional das pessoas além do que é funcionalmente útil à produção. São as capacidades que excedem toda funcionalidade produtiva, é a cultura que não serve para nada que torna uma sociedade capaz de cotejar questões sobre as mudanças que se operam nela, capaz de imprimir um sentido em si mesma.

A aposta do conflito central na era da economia do imaterial é "a satisfação de todas as forças humanas como tais, não seguindo nenhum padrão preestabelecido" (Marx); o direito ao acesso universal e ilimitado ao saber e à cultura; a recusa a deixar o capital se apropriar deles, e a instrumentalizá-los.

22. Cf. Commissariat général du Plan, *Le Travail dans 20 ans*, Paris, La Documentation française, 1995. O vice-presidente do Medef, Denis Kessler, durante um debate televisivo, mostrou-se surpreso pelo fato de que a "economia tenha de financiar estudos de filosofia, de sociologia, de psicologia, quando falta às empresas pessoal imediatamente pronto para os empregos".